

Implicações da identidade da casa solarenga para a prática de turismo de habitação

Implications of the **manor house's identity** for **historic housing tourism practice**

JOSÉ LUÍS BRAGA * [josebraga@iesfafe.pt]

Resumo | Ao património material, nomeadamente à arquitetura, tem sido atribuído um papel de relevo como símbolo patriótico e atrativo turístico, pelo facto de transmitir um sentido de continuidade e verificabilidade que é passível de ser experienciado social, simbólica e sensorialmente. As casas senhoriais, que constituem a unidade de análise do presente estudo, são objetos pretéritos que permitem o consumo de significados idealizados que são anacrónicos. Estas edificações apresentam conotações óbvias com a elite aristocrática provincial que outrora as habitou e o consumo destes recursos turísticos consagra o estatuto social e o gosto dos hóspedes que o elegem como alojamento. Através da aplicação dos métodos da *Grounded Theory* (GT), este texto propõe-se analisar o conceito de 'Identidade' das Casas Senhoriais e as respetivas propriedades 'Genuinidade', 'Exclusividade' e 'Funcionalidade' e as suas implicações para a prática de Turismo de Habitação (TH). O presente estudo constata que a identidade das casas de TH, com frequência, é um obstáculo à sua completa refuncionalização, isto porque a sua funcionalidade original limita a formalização total do TH, o que dificulta sua competitividade. Conclui-se, de igual modo, que a casa principal apresenta mais restrições à refuncionalização do que os anexos, visto que na primeira um aumento de funcionalidade mais depressa determina uma diminuição da genuinidade.

Palavras-chave | Turismo de habitação, identidade, património, *Grounded Theory*

Abstract | Material heritage, namely architecture, has been given a prominent role as a patriotic symbol and tourist attraction, as it conveys a sense of continuity and verifiability that can be experienced socially, symbolically and sensorially. The manor houses, which constitute the unit of analysis of the present study, are past objects that allow the consumption of idealized meanings that are anachronistic. These buildings have obvious connotations with the provincial aristocratic elite that once inhabited them and the consumption of these tourist resources consecrates the social status and the taste of the guests who choose it as accommodation. Through the application of *Grounded Theory* (GT) methods, this paper aims to analyze the concept of 'Identity' of Manor Houses and their respective properties 'Genuinity',

* CIDI-IESF – Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação do Instituto de Estudos Superiores de Fafe (IESF) GOVCOPP - Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policies CiTUR – Centre for Tourism Research, Development and Innovation, Polytechnic of Leiria

'Exclusivity' and 'Functionality' as well as their implications for the practice of *Turismo de Habitação* (i.e. Historic Housing Tourism (HHT)). The present study finds that the identity of HHT houses is often an obstacle to their complete refunctionalisation because their original functionality restrains the total formalisation of HHT, which hinders its competitiveness. It also concludes that the main residence presents more restrictions to refunctionalisation than the outbuildings, since in the former an increase in functionality more quickly dictates a decrease in genuineness.

Keywords | Historic housing tourism, identity, heritage, Grounded Theory

1. Introdução

A palavra *património*, em sentido lato, remete-nos para a noção de herança, ou seja, algo que é legado de uma geração para a seguinte (Barranha, 2016). Em virtude da sua função de meio de transmissão de valores históricos pretéritos, o património é encarado como parte integrante da tradição cultural da sociedade (Nuryanti, 1996). A sua finalidade é assegurar a manutenção dos grupos sociais e, do mesmo modo, vincular as gerações entre si. Por conseguinte, o património, na qualidade de legado, pode ser acumulado, dissipado ou modificado de uma geração para a outra.

Portanto, o património pode ser tomado como parte de um *sistema simbólico*, que se constitui como a base para criar e recriar valores comuns numa sociedade. O património tem a capacidade de representar simbolicamente uma identidade (Santos, 2017). Posto que seja uma parte constitutiva da cultura, o património é um elemento imprescindível da representação nacional, possuindo a virtualidade de fazer recordar pereneamente aos cidadãos os alicerces simbólicos sobre os quais assenta o sentido de pertença à comunidade pátria.

Neste contexto, o património tem-se convertido numa prioridade do patriotismo e no sumo atrativo do turismo. Ao património material – mormente à arquitetura – foi confiado o papel central nesta empreitada pelo facto de a sua solidez transmitir um sentido de continuidade e verifica-

bilidade que é suscetível de ser experienciado social, simbólica e sensorialmente. Assim, a produção de património consubstancia uma 'retórica de perda' difundida pelas entidades competentes, que exprime e se apodera dos significados de antanho por meio de 'metáforas visuais' e 'alegorias discursivas' (Gonçalves, 1996, citado por Prista, 2014).

Neste sentido, as casas senhoriais – que constituem a unidade de análise do presente estudo – são objetos pretéritos que permitem o consumo de significados idealizados que são anacrónicos (Braga, Soriano, Pazos & Gouveia, 2017). Estas edificações apresentam conotações óbvias com a elite aristocrática provincial que outrora as habitou, e o consumo de semelhantes recursos turísticos consagra o estatuto social e o gosto dos hóspedes que os elegem como alojamento.

O trabalho investigativo que aqui se expõe decorre da aplicação dos métodos da GT à área substantiva do Turismo de Habitação (TH) que resultou na geração de uma teoria (cf. Braga, 2016) que confirmou o conceito 'Identidade', bem como as propriedades respetivas 'Genuinidade', 'Exclusividade' e 'Funcionalidade' como sendo relevantes para o turismo desempenhado em casas senhoriais. O presente artigo visa, portanto, explicitar estes conceitos sob o ponto de vista empírico.

Este trabalho é composto por sete seções. Assim, na sequência da introdução, a revisão da literatura contempla a salvaguarda e proteção do património rural e a sua *refuncionalização* turística, o binómio Turismo-Identidade, bem como as princi-

pais idiosincrasias da modalidade de TH. Segue-se uma breve análise da metodologia utilizada no estudo, a GT Clássica, bem como a indicação das principais incidências da recolha e análise dos dados. Na seção reservada aos resultados, é explicitado o conceito de 'Identidade' da Casa de TH e as respetivas propriedades. Concluímos com uma discussão acerca do papel do anfitrião enquanto guardião do património dos seus ascendentes e com a apresentação de algumas recomendações aos promotores de TH.

2. Preservação do património rural

Urry (1996) esclarece que, a partir do final do séc. XIX, floresceu em Inglaterra a tradição de visitar/preservar o campo. Este costume consubstanciou o gosto por determinado tipo de paisagens (onde se incluíam as aldeias) e as imponentes casas de campo, que se achavam em elegantes cenários rurais. O interesse em visitar o campo foi, também, consequência de um recrudescer do apelo exercido pelos equipamentos e maquinaria utilizada na agricultura e pelos padrões de vida a ela associada.

Se Boniface e Fowler (1993), no início da década de 90, referiam que grande parte da população mundial vivia, ainda, no campo, a situação atual tem vindo a inverter-se – a Organização das Nações Unidas projeta que, entre 2018 e 2030, a população urbana mundial aumente em todas as classes de dimensão, enquanto que a população rural deverá regredir ligeiramente, este a ser o habitat de 45% da população do mundo em 2018 para constituir apenas 40% do número total de habitantes em 2030 (Nações Unidas, s.d.).

Na realidade, boa parte dos turistas é oriunda da cidade (ou dos seus subúrbios). Os viajantes que se dirigem ao campo associam, normalmente, lugares selvagens a primitividade; paisagem a intemporalidade; vista a pureza; e campo a imutabi-

lidade. No campo, os ofícios são praticados de um modo que estimula a imaginação dos turistas de como a vida seria antes da Revolução Industrial. No entanto, a constante transformação é uma característica intrínseca às zonas rurais, sucedeu no passado e continuará a ocorrer no futuro.

A míngua da vida rural e o consequente êxodo para zonas urbanas é uma característica planetária. Ora, este fenómeno tem importantes implicações para a atividade turística de duas maneiras. Por um lado, gera as casas devolutas que são utilizadas por visitantes que pagam a estadia com rendimentos auferidos nas cidades. Por outro lado, segundo Boniface e Fowler (1993), esta situação produz desintegração social e complexos agrícolas indesejados que, depois, são reconvertidos em quintas-museus *in situ*.

As construções rurais – tanto o velho como o novo património – abarcam um leque mais vasto do que apenas aquelas que pertencem aos lavradores e aos trabalhadores agrícolas. Edifícios amplos, umas vezes industriais, outras vezes domésticos ou, ainda, institucionais, com frequência de considerável interesse histórico e arquitetónico acham-se, também, vagos, atualmente desprovidos de sustentação económica em comunidades rurais outrora viáveis.

Neste âmbito, a teoria empírica por nós desenvolvida procurou evidenciar a requalificação a que foram sujeitos os anexos e outras divisões da casa solarenga, noutra tempo vocacionadas para a atividade agrícola e que agora servem para ampliar a capacidade de hospedagem destes estabelecimentos (Braga, 2016).

Prista (2014), no estudo de caso que levou a efeito sobre as *Pousadas de Portugal*, revela que estes empreendimentos turísticos têm vindo, desde as suas origens, a providenciar uma experiência de domesticidade rural, baseada na hospitalidade vernácula e na gastronomia.

Deste modo, tanto no caso das *Pousadas* como no caso dos TH, os turistas anseiam subtrair-se do estilo de vida moderno, empreendendo uma de-

manda por modalidades alternativas de turismo que estejam em harmonia com a envolvente e com a comunidade local e que possibilitem um contacto mais estreito entre hóspedes e anfitriões. Parte importante da nossa teoria versa sobre a natureza deste contacto, salientando o modo como se processam as variações no contacto entre os atores supramencionados (Braga, 2016).

Por conseguinte, o património cultural é um meio privilegiado pelas autoridades políticas para fomentarem o desenvolvimento das zonas rurais deprimidas (Pereiro Pérez, 2009).

No que toca à planificação do património edificado, as abordagens e os métodos utilizados empregam, normalmente, vários tipos de revitalização, visando alcançar um ponto de equilíbrio entre preservação e desenvolvimento. Segundo Nuryanti (1996), as abordagens podem contemplar um ou conciliar vários dos seguintes conceitos:

- i. *Conservação*: uma tentativa de preservar o cenário ou atividades físicas de modo a que o valor ou significado de um ou de outro possam ser mantidos.
- ii. *Gentrificação*: um esforço de aumentar a vitalidade do cenário e das atividades físicas através da melhoria da qualidade do primeiro por meio de mudanças estruturais.
- iii. *Reabilitação*: procurar restituir a condição dos cenários e atividades físicas numa área que se degradou.
- iv. *Renovação*: uma tentativa de mudar o cenário ou atividades físicas para adaptar ou acomodar uma nova função ou adaptar velhos cenários a novas solicitações através da reutilização adaptada.
- v. *Restauração*: um esforço de melhoria da condição dos cenários e atividades físicas através da remoção de elementos novos ou adicionais e substituição de elementos em falta para os tornar concordes com o cenário original.

vi. *Reconstrução*: procurar restituir a condição do cenário e atividades físicas tão próximo quanto possível de um estado específico de uma época precedente.

Neste contexto, o turismo pode favorecer a reabilitação de áreas históricas e, deste modo, melhorar as vidas dos residentes ao trazer rendimentos suplementares e oportunidades de emprego. O nosso estudo evidenciou os méritos do TH (e, também, as suas insuficiências em conformidade com a dedicação do anfitrião) no que diz respeito à aceleração do ritmo de conservação das casas senhoriais (Braga, 2016).

3. Turismo e Identidade

A identidade constitui um conceito particularmente caro à psicologia e, na sua génese, compreende 'a integração de múltiplas características pessoais, como: sentimentos, emoções, motivações, atitudes e comportamentos' (Souza & Gil, 2015, p. 481). A identidade confere um sentimento 'de pertença, de inclusão e de fixação em relação a um determinado grupo' (Silva & Sant'Anna, 2014, p. 654). Podemos ainda falar de identidade de lugar, quando nos referimos às cognições do mundo físico. Neste sentido, o conceito de apego da família anfitriã à casa de TH desenvolvido por Braga (2016) remete para a noção de dependência do lugar, no sentido em que esta conceção remete para uma 'ligação emocional ou afetiva a um lugar' (Souza & Gil, 2015, p. 483).

Um dos impactos socioculturais positivos que o turismo acarreta para os destinos onde se instala é o estímulo que oferece à preservação e difusão da cultura e da identidade de um território (Meirinhos, Aguiar & Salvado, 2017). Neste contexto, o TH permite conservar as casas solarengas de arquitetura erudita e com fundas raízes na história portuguesa, autênticos marcadores identitários da

região onde se inserem.

Carlos Fortuna (2013) sustenta que a atividade turística tem a capacidade de subverter identidades. Tal sucede em virtude daquilo a que o autor designa por 'descentramento' dos sujeitos e que se concretiza na desvalorização, interrupção ou perda das matrizes convencionais da identidade social, da classe, do género, da etnia, da religião, da condição laboral e do estatuto educativo e familiar. Este descentramento é o corolário do distanciamento físico dos espaços de vigilância e de coibição social do indivíduo e deve-se, igualmente, ao estado de desinibição e hedonismo a que o turista se entrega.

A criação e a confirmação da identidade é proporcionada pela visita a lugares, como as casas de TH, que possuem conotações com o passado. Deste modo, as identidades são criadas por intermédio da acumulação de perceções relativas àquilo que está relacionado com a emergência da cultura. A apropriação destas perceções será relevante para a compreensão por parte do consumidor, do seu lugar no tempo e no espaço. Nas sociedades que estão alienadas das suas origens devido a um processo de urbanização e êxodo populacional, estes sentimentos de orgulho pelas raízes telúricas têm de ser gerados (McIntosh & Prentice, 1999).

O turismo – que alguns autores têm acusado de mercantilar a cultura (Selwyn, 1996; Cole, 2007; Henriques, 2008) – pode ser um veículo para infundir identidade em comunidades marginalizadas, facultando uma autoconsciência, conhecimento e orgulho decisivos para a sua emancipação. Esta nova identidade, recriada por meio do turismo, pode capacitar estes grupos locais oferecendo-lhes um capital político (e um potencial económico) para pressionarem a estrutura política. Assim, o turismo patrimonial, ao invés de ser visto como algo que é imposto do exterior da comunidade, pode ser percecionado como uma atividade que está a ser afanosamente fomentada para desenvolver a cultura local e para intensificar uma distinção que vivifica os costumes tradicionais, em vez de os estiolar (Halewood & Hannam, 2001). Deste

modo, o turismo cria “um novo significado” para a continuidade da identidade local a partir da invenção da tradição (Zhu, 2012). Até mesmo Greenwood (1989) – um férreo opositor da mercantilização cultural para efeitos turísticos – consente que a objetificação da cultura local pelo turismo nem sempre a destrói, podendo transformá-la e, inclusive, impulsionar a sua futura disseminação.

4. O Turismo de Habitação enquanto modalidade de turismo alternativo

Esta modalidade compreende o alojamento em unidades habitacionais localizadas em casas de estilo e arquitetura de época, sejam elas casas solares, palacetes, mansões ou outras construções de elevado valor histórico e cultural. Encontramos casas de TH tanto no espaço urbano quanto no rural. O interior destas casas evidencia sofisticação e luxo. Segundo Beni (2003), os serviços de hospitalidade que aí são prestados distinguem-se pela sua personalização e pelo requinte do atendimento. Na realidade, o TH apresenta-se como um produto diferenciado do alojamento hoteleiro, uma vez que não é massificado e é tendencialmente menos sensível ao fator preço. Constitui uma modalidade de turismo alternativo, uma vez que o hóspede é acolhido, sem mediação, em casa do anfitrião, usufruindo dos serviços e equipamentos que aí são disponibilizados (Braga, 2016). Outra característica que confere exclusividade a esta modalidade é o facto de as famílias anfitriãs, proprietárias das casas (muitas delas descendentes dos fundadores do solar), ainda nelas habitarem, propiciando ao hóspede uma perspetiva mais circunstanciada do *ethos* local. Encontramos unidades de alojamento deste tipo em Portugal, Espanha e França.

Em Portugal, o TH foi concretizado como projeto piloto em 1978, por iniciativa da Secretaria de Estado do Turismo, tendo sido implementado em quatro territórios: Ponte de Lima, Vouzela, Cas-

telo de Vide e Vila Viçosa (Pereiro Pérez, 2009, 2018). A criação do TH correspondia ao intuito de contrariar as assimetrias regionais do território nacional e proporcionar capacidade hoteleira diferenciada em áreas onde esta era débil. Pretendia-se, de igual modo, diversificar a oferta de alojamento e salvaguardar o precioso património arquitetónico que se achava sujeito ao abandono e deterioração em certas zonas do país (Bote Gómez, [1988], Godinho, 2004). Esta modalidade, exceto em casos excecionais, não admitia que fossem afetos mais de 6 quartos à hospedagem de turistas.

Em 1982, o programa de TH é instituído, por intermédio do Despacho nº 102/82 (Silva, 2009). Na atualidade, o TH é legalmente enquadrado pelo Decreto-Lei nº 80/2017, de 30 de junho que altera o Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos e pela portaria nº 937/2008 que determina os requisitos mínimos de funcionamento dos empreendimentos de TH, retificada pela Declaração de Retificação nº 63-A/2008, de 17 de outubro (Turismo de Portugal, s.d.).

Deste modo, atendendo à primeira normativa, de 30 de junho de 2017, são empreendimentos de TH: *‘os estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico e artístico, sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares, podendo localizar-se em espaços rurais ou urbanos’* (Ibidem).

Em Portugal, a distribuição das casas de TH é mais abundante na região Norte, onde a população está mais concentrada e onde predomina o minifúndio como sistema de propriedade fundiária. Aquando da instituição da modalidade, a legislação obrigava o proprietário a residir permanentemente na sua moradia e a prestar serviço de pequeno-almoço. No TH, a hospedagem em casa de arquitetura erudita constitui, por si só, uma experiência de turismo cultural.

Os proprietários das casas solarengas encaram o TH como um veículo privilegiado de conservação e sustentação económica da casa. Em alguns ca-

sos, as casas de TH estão, inclusivamente, classificadas como imóveis de interesse municipal ou público (Braga, 2016; Monteiro & Carvalho, 2006).

O TH pode ainda contemplar atividades complementares de animação como a caça e pesca, as atividades náuticas, a equitação, as visitas e passeios ou as que têm lugar em equipamentos como piscinas ou nos campos de ténis adstritos à casa (*Ibidem*). Para além disso, os proprietários podem suplementar o rendimento que auferem com a modalidade de hospedagem organizando, em paralelo, eventos: arrendamento de espaços para festas, casamentos, batizados, colóquios e conferências, entre outros (Silva, 2010).

Estas unidades de TH podem ainda integrar-se em associações de casas que têm como objetivo salvaguardar a identidade coletiva dos empreendimentos de TH seus associados e que, no caso da TURIHAB – Associação do Turismo de Habitação, agem como centrais comum de reservas (Turihab, 2018). No que diz respeito ao enquadramento legal das casas de TH, a sua classificação, a fixação da sua capacidade máxima, o licenciamento do seu funcionamento e a execução de obras nestes estabelecimentos está sob alçada dos municípios, cabendo, porém, ao Turismo de Portugal, I. P. o parecer vinculativo (Silva, 2009).

5. Metodologia

A estratégia qualitativa de investigação que adotámos no presente estudo foi a GT Clássica. Em consonância, realizámos um processo iterativo de recolha e análise de dados relativos às entrevistas que efetuámos junto dos proprietários relevantes para a amostra teórica (Glaser & Strauss, 1967, p. 49-60). Ao longo do nosso estudo, que ocorreu entre 2010 e 2016, efetuámos 53 entrevistas não estruturadas a anfitriões/proprietários de casas solarengas. Sendo que, deste número, somente dez não estavam, então, classificadas como

TH. O guião da entrevista apenas incluiu duas perguntas (*Pode, por favor, falar-me das suas experiências como proprietário(a) e anfitriã(o) da casa de TH X? Como se sente enquanto anfitriã(o)?*). Em consonância com o que recomenda Glaser (1998), as entrevistas não foram gravadas, mas objeto de anotações.

Este trabalho de investigação propôs-se determinar se a identidade das casas de TH ainda permanecia autêntica, mais de quatro décadas volvidas desde o início desta modalidade, e de que forma é que a sua refuncionalização turística se tinha repercutido nessa identidade.

As casas de TH são empreendimentos de pequena dimensão. Da amostra que recolhemos, a casa com menor número de quartos dispunha de dois e a que apresentava maior capacidade de alojamento continha quinze aposentos. No que diz respeito ao tipo de entrevistas que conduzimos, estas foram sobretudo presenciais (48), e em menor número, por telefone (3) e correio eletrónico (2).

No que é atinente à proveniência geográfica das casas, a grande maioria situa-se na antiga província do Minho (34). Um número residual encontra-se no Douro Litoral (4), em Trás-os-Montes e Alto Douro (3), Beira Litoral (4), Beira Alta (1), Ribatejo (1), Alto Alentejo (2), Baixo Alentejo (3), Baixo Alentejo (3), Algarve (1) e Açores (2) – note-se que o total de casas contabilizadas é de 55, uma vez que um dos entrevistados era proprietário de três casas de TH, duas nas Ilhas dos Açores e uma na região do Algarve (vd. Braga, 2016).

A GTC é uma metodologia indutiva que se baseia na geração sistemática de teoria a partir de uma investigação também ela sistemática. Trata-se de uma combinação de procedimentos rigorosos de pesquisa que conduzem à emergência de categorias concetuais (Grounded Theory Institute, 2008; Grounded Theory Online, 2020). Estes conceitos/categorias relacionam-se mutuamente como uma explicação teórica da ação ou

ações que resolvem de forma contínua a principal preocupação dos participantes da área substantiva (no caso vertente, os proprietários de casas de TH e a sua imperiosa necessidade de transmissão da casa).

A análise de dados na GTC é um trabalho metódico que envolve várias etapas que se entrecruzam iterativamente: a codificação aberta; a análise comparativa constante; a amostragem teórica; a identificação da categoria central; a codificação seletiva; a classificação de memorandos; a classificação teórica e a redação dos memorandos sob a forma de teoria (Glaser, 1978; Glaser, 1998; Gibson & Hartman, 2014; Birks & Mills, 2011; Holton & Walsh, 2017).

Deste modo, a codificação aberta foi realizada colocando três questões neutras (Glaser, 1998) aquando da análise de dados (*Que categoria indica este incidente? Que propriedade de categoria indica este incidente? Qual é a principal preocupação do participante*). Os resultados empíricos que aqui se apresentam constituem somente uma fração da teoria gerada na nossa investigação doutoral (Braga, 2016).

6. A identidade da casa solarenga e a prática de turismo de habitação

‘Identidade’

‘Identidade’ é uma das subcategorias do conceito de mais alto nível que designámos de ‘Casa’. A identidade da casa constitui um obstáculo à sua refuncionalização. De facto, a funcionalidade original da casa limita a formalização total do TH, o que dificulta a competição com os alojamentos massivos. A casa-mãe apresenta mais constrangimentos à refuncionalização do que os anexos. Na casa-mãe um aumento de funcionalidade mais depressa dita uma diminuição da genuinidade.

O conceito ‘Identidade’ é caracterizado pelas seguintes propriedades: ‘Genuinidade’, ‘Exclusi-

vidade' e 'Funcionalidade'. Nas três secções seguintes serão explanados estes conceitos de nível inferior.

'Genuinidade'

A refuncionalização das casas de TH estabelece uma ponte entre a tradição e a contemporaneidade. Reconverter sem fazer a casa perder a traça original e dotá-la de equipamentos confortáveis para a estadia dos hóspedes (i.e., formalizá-la) constitui um dos princípios orientadores do anfitrião destas unidades de alojamento. De facto, pode-se recuperar a casa tendo em conta a sua genuinidade ou de maneira inautêntica.

Em casas em que o recheio tenha sido objeto de partilhas ou degradação, o proprietário, ao refuncionalizar, procurará manter-se fiel à genuinidade, comprando recheio em antiquários ou, eventualmente, mandando fazer recheio que pareça vinculado a uma época remota. Por vezes, contudo, a recuperação da casa e o recheio renovado podem corresponder a um ideal restauracionista de uma idade dourada que é do agrado dos seus preponentes.

Quanto aos tetos trabalhados em gesso, não há muitos artistas que façam esse trabalho. Tive de chamar pessoal das Belas Artes, espanhóis que orientaram pessoas da região para fazer marmoreado veneziano. Foi-nos difícil encontrar os artistas adequados para a recuperação. Os azulejos que estavam deteriorados foram difíceis de recuperar. Levámos cerca de três anos e meio a comprar móveis. O projeto

todo de recuperação demorou quatro anos. [Entrevista nº 42]

Nos anexos da casa, onde a identidade não é tão vincada, uma reconversão profunda pode aproximar a formalização da hospedagem à do alojamento massivo. Neste sentido, o estilo clássico de refuncionalização é mais conservador da identidade da casa.

Ao aderir à fase de profissionalização¹, o anfitrião pode optar por um recheio que esteja menos de acordo com a identidade da casa, mas que seja mais funcional. Por outras palavras, ao formalizar, o anfitrião pode optar por elevar a sustentabilidade financeira adquirindo recheio pouco fiel à identidade da casa. Pode, também, comprar recheio para criar uma outra identidade mais consonante com um estilo moderno de refuncionalização. Não obstante, numa casa que tenha sofrido uma quebra de transmissão, o anfitrião por aquisição pode tentar recuperar a casa sendo fiel à sua identidade.

Assim, esta identidade pode ser genuína ou objeto de modificações para oferecer maior autonomia aos hóspedes. A quebra de transmissão ou a incapacidade de recuperar intensamente a casa podem conduzir a uma degradação da identidade da mesma.

Na realidade, importância parece estar, cada vez mais, a ser conferida à formalização da proposta de hospedagem (particularidade da fase de profissionalização) e já não somente à genuinidade da identidade da casa (característica da fase da improvisação), o que vem contrariar o enquadramento legal primitivo da estrutura política, que privilegiava a identidade em detrimento da forma-

¹Braga (2017), distinguiu duas fases no processo de refuncionalização das Casas Solarengas, a da improvisação e a da profissionalização. Na primeira, a da improvisação, há um/a maior: apego da família anfitriã à casa; aproximação entre a família anfitriã e os hóspedes; genuinidade da casa e flexibilidade de preço. Em contraste, nesta fase, existe um/a menor: exigência do enquadramento legal; condicionamento ao financiamento para a recuperação exercido pela estrutura política; autonomia da família anfitriã e hóspedes; diversificação da proposta de hospedagem; competição com casas congêneres e alojamento massivo; formalização e articulação na envolvente. Por oposição, na segunda fase, a da profissionalização existe um/a maior: competição com casas congêneres e alojamento massivo; diversificação da proposta de hospedagem; condicionamento ao financiamento para a recuperação exercido pela estrutura política; formalização; autonomização; segregação de espaços; competência tecnológica do anfitrião; capacidade de gestão do anfitrião e dedicação do anfitrião. Em sentido antagónico, há um/a menor: apego da família anfitriã; genuinidade e flexibilidade de preço.

lização.

Assim, a genuinidade da identidade da casa é preservada, também, adquirindo recheio que não entre em contradição com ela. Neste contexto, o anfitrião poderá optar por ser fiel à identidade e, como tal, não aumentar tanto a capacidade de hospedagem como seria desejável para elevar a sustentabilidade financeira do TH.

No TH, o recheio é, muito frequentemente, único. Existem, por exemplo, inúmeras fotografias de familiares, de antepassados, que dão um certo carácter de casa vivida e de casa com passado que o alojamento massivo não possui. Os objetos não são padronizados, como no alojamento massivo, e não são revestidos de utilidade imediata, mas pertenceram a alguém.

A identidade remete para o facto de a casa poder ser vista como um microcosmo da envolvente próxima (i.e., região) ou mais afastada (i.e., país). Assim, o hóspede, ao contrário do que se sucede num alojamento massivo, tem acesso às raízes, à tradição, ao bucólico em vias de desaparecer. Ganhará em genuinidade o que perderá em formalidade.

Uma estratégia de exibição de genuinidade é decorar a casa como se fosse só para a família lá viver, mas abri-la aos hóspedes de uma maneira quase *voyeur*, como quem entra na casa dos outros e vê como eles vivem. Há uma vinculação vicária que o TH permite ao hóspede experimentar. Existe uma quebra de rotina. O recheio e a arquitetura convidam a esta vinculação vicária.

Assim, o reclamo do TH para o cliente é algo que depende da localização da casa na envolvente, da reputação da mesma, mas, também, da habilidade do anfitrião em fazer uma simbiose entre o estilo de refuncionalização clássico e moderno, que cativa hóspedes sensíveis e insensíveis ao TH (Braga, 2020).

De outro modo, o facto de as casas onde se desenvolve o TH disporem de recheio de valor faz com que a massificação deste tipo de turismo seja algo a evitar. Caso contrário, a casa pode tornar-

se um parque de diversões com '*decoração para inglês ver*'.

Sucedem, também, que o anfitrião pode substituir recheio com vinculação familiar à casa por recheio não genuíno, uma vez que os clientes insensíveis tomam o TH pelo alojamento massivo e, em alguns casos, subtraem recheio como *souvenir*.

O estilo híbrido e o estilo moderno de refuncionalização parecem operar uma alteração na identidade da casa no que toca ao interior dos anexos. Assim, existem casas em que o recheio é mais autêntico que noutras. É possível que a segregação progressiva dos hóspedes, característica do estilo híbrido, acarrete consigo a inautenticidade dos espaços. Na realidade, a necessidade de atrair hóspedes insensíveis poderá justificar a falta de genuinidade da identidade. A genuinidade é, então, o grau de fidelidade à identidade original da casa.

A genuinidade é vendável numa sociedade cada vez mais homogénea de produtos de belo aspeto, mas de sabor estereotipado. Daí decorre que, estando boa parte das casas localizada junto ao campo, faça sentido vender o apego aos hóspedes como algo de genuíno. Enfim, a genuinidade está, também, relacionada com o apego que a família anfitriã tem à casa. Uma formalização excessiva pode pôr em causa este apego, ao comprometer a genuinidade da casa para refuncionalizar mais eficazmente o TH.

'Exclusividade'

A identidade da casa pode, também, concorrer para que a mesma tenha uma melhor visibilidade no mercado. Cada casa tem uma identidade única, diferentemente dos alojamentos massivos.

No TH, o '*terroir*' familiar simbolizado pela casa é parte importante da proposta de hospedagem. Uma das mais fortes motivações para os hóspedes internacionais pernoitarem na casa é conhecerem profundamente a cultura da envolvente. Assim, a exclusividade da casa é uma estrutura condicional. Pode favorecer a elevação da susten-

tabilidade financeira do TH ou pode constrangê-la. De facto, as estruturas políticas estabelecerão um enquadramento legal discriminatório positivo para os casos em que a identidade da casa justifique proteção. Esta salvaguarda aplica-se, igualmente, ao espaço envolvente à casa. A razão da proteção da casa prende-se com a sua utilidade pública, que lhe é conferida pela sua exclusividade.

Sucedem, também, que boa parte das casas dispõe de um chamariz, ou seja, algo de diferente na sua identidade que cria uma proposta de hospedagem diferenciada. Ademais, a proposta de hospedagem será tanto mais diferenciada quanto maior for a dimensão do espaço exterior, ainda que o TH não tenha, como propósito imediato, a fruição de experiências no espaço exterior da casa, como sucede noutras modalidades. Não obstante, existem casas com maior ou menor terreno adjacente.

Como verificámos atrás, a casa é um símbolo da tradição familiar, regional e, em alguns casos, nacional. Contudo, com frequência, a sua identidade atrai, eminentemente, hóspedes sensíveis a esta unidade de património erudito. Para atrair hóspedes insensíveis à TH, uma solução pode ser, por exemplo, a criação de obras de arquitetura moderna. A existência de reclamos desta magnitude aumenta a visibilidade da casa, atraindo hóspedes insensíveis ao TH.

Este novo edifício que construímos é uma obra-prima de arquitetura. Um quinhãozinho dos hóspedes são arquitetos. O edifício é uma obra-prima do arquiteto César Machado Moreira. O edifício está muito bem estruturado. Tem lá tudo, uma salinha [...] Está em dezenas de sites de arquitetura. Quando foi produzido, foi tido como uma coisa muito boa [...] O facto de o projeto ter sido concebido por bons arquitetos fez com que tenha sido citado em revistas estrangeiras, guias de arquitetura. [Entrevista n.º 6]

Por conseguinte, a identidade da casa pode aumentar a sua reputação. Cada casa é diferente, é exclusiva, ao arripio do que acontece com o alojamento massivo. O TH pode contemplar variações importantes ao nível da proposta de hospedagem. A arquitetura, o recheio e a história da casa podem, também, ter implicações na diferenciação da proposta de hospedagem, bem como a atratividade e o apetrechamento da envolvente.

A casa é um microcosmo cultural, pelo que o hóspede sensível tem preocupações desta natureza. Neste sentido, a exclusividade é algo que contribui para que a casa antiga possua um valor maior do que outras casas mais modernas, que se dedicam a distintas modalidades de exploração da hospedagem. A casa está ligada a uma história de família, sendo que o clã pode ser o do anfitrião, se ele for de linhagem, ou não, se ele o for por aquisição.

Ao refuncionalizar, o anfitrião pode candidatar-se a financiamento da estrutura política. Não obstante, esta privilegia a atribuição de financiamento a casas com maior utilidade pública, logo, maior exclusividade. O facto de as casas e a envolvente serem diferentes de região para região concorre, também, para a exclusividade do TH.

Por conseguinte, a casa é exclusiva: é única pela arquitetura, pela sua história, pelas histórias familiares que encerra e que reportam para uma identidade que o alojamento massivo não possui. Existe um conjunto de vivências que ali estão encerradas e que poderão fazer parte da proposta de hospedagem. Cada casa é única, sendo que todas possuem em comum uma identidade.

Portanto, a identidade da casa valoriza a hospedagem e é suscetível de concorrer para a sustentabilidade financeira do TH. O carácter de exclusividade comporta amiúde um *ex-libris*, que é a principal atração da casa. Pode ser um *ex-libris* a nível da arquitetura, de jardim, etc. O *ex-libris* é parte fundamental da proposta de hospedagem de cada casa e pode motivar visitas especiais à casa, somente para dela fruirmos.

Na realidade, os hóspedes procuram tomar contacto com um modo de vida diferente, substanciado na possibilidade de viverem numa casa com recheio antigo. Os hóspedes sensíveis, sem dúvida, vêm em busca da experiência de vivência numa casa antiga.

Em síntese, a casa transmite a tradição familiar, regional e nacional ao hóspede. Uma estadia na casa permite ter um mais cabal acesso a modos e costumes regionais e nacionais da envolvente. A casa tem um valor artístico e um valor familiar que é uma mais-valia da proposta de hospedagem que se pretende vender. Por outro lado, a reputação da casa é aumentada se esta tiver um chamariz com impacto nacional ou internacional, pois a visibilidade da casa pode ser incrementada pela sua identidade excecional e pela exclusividade da sua envolvente.

‘Funcionalidade’

De que forma é que a arquitetura da casa condiciona a experiência turística? Que limitações cria ela à fruição do espaço e que virtualidades apresenta para suscitar as preferências dos hóspedes?

Ao optar por um estilo clássico (*vd.* Braga, 2016), o anfitrião estará a escolher um paradigma de refuncionalização que está condicionado pela identidade primitiva da casa e por um enquadramento legal mais restrito da estrutura política. Por outro lado, quanto mais ampla for a refuncionalização da casa, maior financiamento a estrutura política dispensará ao TH.

Não obstante, a identidade da casa é um impedimento à sua completa refuncionalização. O grande constrangimento à reconversão é a função anterior histórica da casa, em que havia mais salas do que, provavelmente, aquelas que são necessárias e menos quartos do que aqueles que, agora, são precisos para a sustentabilidade financeira da casa. Na verdade, o anfitrião tem de respeitar a identidade da casa para que a reconversão não traia o seu espírito original e histórico.

De igual modo, a identidade é, ao mesmo

tempo, um incentivo à hospedagem, mas, pelas suas limitações, é, outrossim, um contratempo à massificação da hospedagem. A arquitetura das casas requer sensibilidade e contenção por parte do hóspede. Os constrangimentos relativos à identidade da casa refletem-se no TH, ao poderem concorrer para que a casa feche a sua capacidade de hospedagem no período de baixa afluência.

Neste contexto, os espaços interiores da casa-mãe terão menos funcionalidade do que os anexos, uma vez estes últimos foram construídos quase de raiz para o TH. Também casas que sofreram uma recuperação de altíssima intensidade podem ter uma funcionalidade superior.

Muito dificilmente as casas podem ter o conforto do hotel construído com tecnologia do século XXI. Se fizermos como esse proprietário, correremos o risco de perder a identidade. [Entrevista nº 46]

Efetivamente, a identidade específica da casa é lesiva da sua sustentabilidade financeira, uma vez que conduz a encargos mais elevados de recuperação e hospedagem. A identidade da casa acarreta uma maior dedicação do anfitrião ao TH e contribui, igualmente, para que a casa não possa elevar a sua sustentabilidade financeira com grupos de hóspedes que não teriam sensibilidade para as contingências de funcionalidade da casa ou da sua reduzida capacidade de hospedagem de raiz (e.g. os hóspedes de negócios).

7. Reflexão final

O anfitrião de TH tem a função primacial de salvaguardar o ativo patrimonial representado pela casa solarenga para a posteridade. Por outras palavras, cabe-lhe certificar-se de que a utilização do ativo patrimonial familiar pela geração presente não inviabiliza a capacidade das gerações vindou-

ras de se servirem e fruírem dele. Em consonância com esta perspetiva, os requisitos de conservação são suscetíveis de constranger o potencial recreativo do património. Assim sendo, valoriza-se o ativo patrimonial como legado para gerações futuras, assumindo que este desígnio sobreleva o seu significado como um ativo para utilização coeva. Esta ênfase concedida ao futuro dos ativos patrimoniais justifica o privilégio conferido à conservação. Na realidade, no caso das casas solarengas, a cadeia de legado e herança é muito evidente.

Não obstante, parte da função das atrações patrimoniais deve consistir no entretenimento dos visitantes. Na realidade, se não desfrutarem da experiência, serão menos propensos a reincidirem na visita ou recomendarem a atração a outros. Julgamos que a tendência da formalização do TH, a urgência de diferenciar a hospedagem, bem como a adesão ao estilo moderno de refuncionalização revelam a necessidade crescente de elevar a sustentabilidade financeira da casa para encurtar o ciclo de recuperação da mesma. Deste modo, a nossa investigação corrobora a de Garrod e Fyall (2000), quando sustentam que as atrações patrimoniais devem ser financeiramente saudáveis para cumprirem a sua função, ressaltando, contudo, que as obras de recuperação mais intensiva deverão ser garantidas, em alguma parte, por financiamento externo. De facto, as atrações patrimoniais devem fornecer um serviço de cada vez maior qualidade aos seus visitantes se pretendem concorrer efetivamente com um mercado turístico cada vez mais saturado de competidores. A nossa teorização oferece um importante subsídio para que os anfitriões compreendam a necessidade que existe de acederem à fase da profissionalização com uma alta formalização do serviço, para competirem em condições favoráveis num mercado cada vez mais competitivo.

Apesar disso, apurámos ainda que o aumento dos períodos de alta afluência e a formalização crescente podem ter um efeito pernicioso no apego que a família do anfitrião tem pela casa, sendo

que tal pode ter implicações indesejáveis quando se chegar ao momento de passar o testemunho ao anfitrião continuador. Logo, o TH não deverá formalizar em excesso, de modo a não se converter numa modalidade afim de um alojamento massivo.

Referências

- Barranha, H. (Ed.). (2016). *Património cultural: conceitos e critérios fundamentais*. Lisboa: IST Press/ICOMOS-Portugal. Acedido em 8 de maio de 2020, em <http://istpress.tecnico.ulisboa.pt/node/428>
- Beni, M. C. (2003). *Análise estrutural do turismo*. (9ª ed.). São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- Birks, M., & Mills, J. (2011). *Grounded Theory: A practical guide*. Thousand Oaks: Sage Publications Inc.
- Boniface, P., & Fowler, P. (1993). *Heritage and Tourism in the global village*. London: Routledge.
- Bote Gómez, V. (1988). *Turismo en espacio rural: Rehabilitación del patrimonio sociocultural y de la economía local*. (3ª ed.). Madrid: Editorial Popular, S.A.
- Braga, J. L. (2016). *Refuncionalizando a Casa Solarenga: uma Grounded Theory*. (Tese de Doutoramento). Santiago de Compostela: Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais. Acedido em 13 de outubro de 2019, em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/83349>.
- Braga, J. L., Soriano, R., Pazos, M. & Gouveia, C. (2017). Turismo de Habitação: Património, Identidade, Autenticidade e Refuncionalização. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 27/28(2), 325-329. DOI: <https://doi.org/10.34624/rt.d.v2i27/28.20855>
- Braga, J. L. (2017). Refuncionalizando a Casa Nobre: Uma Teoria Fundamentada do Turismo de Habitação. (Atas do 4º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro. Arcos de Valdevez, Casa das Artes, 27 a 29 de novembro de 2014, Município de Arcos de Valdevez) Arcos de Valdevez, pp. 1176-1191.
- Braga, J. L. (2020). O Carácter Dual da Procura em Turismo de Habitação. (Atas do 5º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro. Arcos de Valdevez, Casa das Artes, 30 de novembro a 02 de dezembro de 2017, Município de Arcos de Valdevez) Arcos de Valdevez, no prelo.

- Center – Centro Nacional de Turismo no Espaço Rural (2018). *Legislação Turismo na CENTER - Central Nacional do Turismo no Espaço Rural*. Acedido em 2 de junho de 2018, em: <https://www.center.pt/PT/legislacao.php>.
- Cole, S. (2007). Beyond authenticity and commodification. *Annals of Tourism Research*, 34(4), 943-960. Acedido em 31 de julho de 2015, em: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2007.05.004>
- Fortuna, C. (2013). *Identidades, percursos, paisagens culturais: Estudos sociológicos de cultura urbana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Acedido em 2 de maio de 2020, em: <http://hdl.handle.net/10316.2/23478>
- Garrod, B., & Fyall, A. (2000). Managing heritage tourism. *Annals of Tourism Research*, 27(3), p. 682-708. <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738399000948>
- Gibson, B., & Hartman, J. (2014). *Rediscovering Grounded Theory*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Glaser, B. G. (1978). *Theoretical sensitivity: Advances in the methodology of grounded theory*. Mill Valley: Sociology Press.
- Glaser, B. G. (1998). *Doing Grounded Theory: Issues and discussions*. Mill Valley: Sociology Press.
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1967). *The discovery of Grounded Theory: Strategies for qualitative research*. New Brunswick: Aldine Transaction.
- Godinho, C. (2004). O turismo em espaço rural (TER) em Portugal. Problemas e desafios para o futuro. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1(1), 91-93.
- Greenwood, D. (1989). Culture by the pound: an anthropologic perspective on tourism as cultural commoditization. In V. Smith, Ed., *Hosts and Guests: The anthropology of tourism* (pp. 171-185). 2nd ed. Philadelphia, USA: University of Pennsylvania Press.
- Grounded Theory Institute (2008). *What is Grounded Theory?* Acedido em 6 de maio de 2020, em: <http://www.groundedtheory.com/what-is-gt.aspx>
- Grounded Theory Online (2020). *What is Grounded Theory?* Acedido em 6 de maio de 2020, em: <http://www.groundedtheoryonline.com/what-is-grounded-theory/>
- Hallewood, C., & Hannam, K. (2001). Viking heritage tourism: Authenticity and commodification. *Annals of Tourism Research*, 28(3), 565-580. Acedido em 28 de julho de 2015, em: https://www.academia.edu/26314057/Viking_heritage_tourism_Authenticity_and_Commodification
- Henriques, C. (2008). Património Cultural e Turismo: Uma Relação Simbiótica. Análise de dois percursos turístico-culturais: James Joyce e Fernando Pessoa. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 10, 25-39. DOI: <https://doi.org/10.34624/rt.d.v0i10.13557>
- Holton, J. A., & Walsh, I. (2017). *Classic Grounded Theory: Applications With Qualitative and Quantitative Data*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- McIntosh, A., & Prentice, R. (1999). Affirming authenticity: Consuming cultural heritage. *Annals of Tourism Research*, 26(3), 589-612. Acedido em 2 de agosto de 2015, em: [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(99\)00010-9](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(99)00010-9)
- Meirinhos, A., Aguiar, A., & Salvado, J. (2017). Turismo e Identidade Cultural: Os Pendões Mirandeses. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, (45), 93-111. Acedido em maio de 2020, em: <http://www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER45/45.6.pdf>
- Monteiro, M., & Carvalho, F. (2006). O Turismo no Espaço Rural e a intervenção da Direção Regional da Economia do Centro. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 6, 55-62. DOI: <https://doi.org/10.34624/rt.d.v0i6.13793>
- Nações Unidas (s.d.). *The World's Cities in 2018: Data booklet*. Nova York: Organização das Nações Unidas. Acedido em 20 de dezembro de 2019, em https://www.un.org/en/events/citiesday/assets/pdf/the_worlds_cities_in_2018_data_booklet.pdf
- Nuryanti, W. (1996). Heritage and postmodern tourism. *Annals of Tourism Research*, 23(2), p. 249-260. <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0160738395000623>
- Pereiro Pérez, X. (2009). Turismo cultural: Uma visão antropológica. El Sauzal, Tenerife, Espanha. *PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. <http://www.pasosonline.org/colecciones/pasos-edita/108-numero-2-turismo-cultural>
- Pereiro, X. (2018). Abordagem exploratória do turismo rural de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). *Análise Social*, 53(226), 58-87. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n226a03.pdf>
- Prista, M. (2014). From displaying to becoming national heritage: The case of the Pousadas de Portugal. *National Identities*, 17(3), p. 1-21. <http://dx.doi.org/10.1080/14608944.2014.920808>.
- Santos, J. (2017). *Património e Turismo: O Poder da Narrativa*. Lisboa: Edições Colibri.

- Selwyn, T. (Ed.) (1996). *The tourist image: Myths and myth making in tourism*. Chichester, UK: John Wiley.
- Silva, D. & Sant'Anna, P. (2014). Turismo e Confronto com a Identidade Cultural: impactos psicossociais da atividade turística em Diamantina-MG. *Revista Turismo em Análise*, 25(3), 649-676. Acedido em 8 de maio de 2020, em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/89485>
- Silva, L. (2009). *Casas no Campo, Etnografia do Turismo Rural em Portugal* (1ª ed.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- Silva, L. (2010). Perspetiva antropológica do turismo de habitação em Portugal. *Pasos: Revista de Turismo e Património Cultural*, 8(1), 31-46. http://www.pasosonline.org/Publicados/8110/PS0110_3.pdf.
- Souza, D., & Gil, A. (2015). A Importância da Identidade Regional na Configuração de Clusters Turísticos. *Turismo em Análise*, 26(2), 475-492. Acedido em 8 de maio de 2020, em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/102854>
- Turihab – Associação do Turismo de Habitação (2018). *Início*. Acedido em 2 de junho de 2018, em: <https://www.turihab.pt/>.
- Turismo de Portugal/Business (s.d.). *Legislação: Empreendimentos turísticos*. Lisboa: Turismo de Portugal, I. P. Acedido em 6 de maio de 2020, em http://business.turismodeportugal.pt/pt/Planear_Iniciar/Como_comecar/Empreendimento_Turisticos/Paginas/legislacao-empresendimentos-turisticos.aspx
- Urry, J. (1996). *O olhar do turista: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Livros Studio Nobel Ltda, 1996.
- Zhu, Y. (2012). Performing heritage: Rethinking authenticity in tourism. *Annals of Tourism Research*, 39(3), 1495-1513. Acedido em 31 de julho de 2015, em: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2012.04.003>